




ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
Gabinete do Prefeito

LEI nº 145/2018
De 13 de março de 2018

PUBLICAÇÃO
Publicado (a) em 13.03.18
Canindé de São Francisco
13 março 2018

Eduardo da Silva Melo
Auxiliar Administrativo
Mat. 9570

“Dispõe sobre a criação do – FUMDEMA, Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente da Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE,

A Câmara Municipal de Canindé de São Francisco aprova e eu, Prefeito Municipal de Canindé de São Francisco, no uso de minhas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, como objetivo de desenvolver projetos que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais existentes no município, bem como facilitar e administrar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento de ações que visem a proteção, conservação, reparação e melhoria do meio ambiente, no processo de desenvolvimento econômico e social do Município de Canindé de São Francisco.

Art. 2º O FUMDEMA é uma unidade orçamentária, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente, sem personalidade jurídica, indispensável ao desenvolvimento das ações de defesa e desenvolvimento do meio ambiente do Município de Canindé de São Francisco, tendo vigência indeterminada.

Parágrafo único. É vedada a aplicação de recursos financeiros do FUMDEMA em despesa com pessoal da Administração Direta, bem como com encargos financeiros estranhos à sua finalidade.

TITULO I
CAPITULO I
SECÇÃO I

Art. 3º São receitas do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente:

I- as dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
Gabinete do Prefeito

- II- produto de multas impostas por infrações à legislação ambiental;
- III- as taxas promovidas pela Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente;
- IV- as contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;
- V- os convênios, contratos e acordos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja competência da Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;
- VI- as doações, como importâncias, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais e ou internacionais;
- VII - os rendimentos de qualquer natureza que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;
- VIII- os recursos provenientes de transferência de valores do Fundo Nacional de Meio Ambiente e do Fundo Estadual de Defesa Ambiental;
- IX- os produtos oriundos da venda de publicação e matérias, além daqueles advindos de campanhas e eventos, todos relacionados com a causa ambiental;
- X- os recursos decorrentes de operação de crédito internas e externas, destinados aos programas e projetos da área ambiental;
- XI- restituições por serviços executados de recomposição de áreas degradadas;
- X- outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 1º Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente serão depositados, em instituição financeira estatal, em conta especial, sob denominação: Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente – **FUMDEMA**, que será administrado pela Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente.

§ 2º O saldo financeiro do **FUMDEMA**, apurado em balanço ao final de cada exercício, será lançado a crédito do mesmo Fundo para o exercício seguinte.

§ 3º A Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente deverá fornecer ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, relatórios semestrais sobre a arrecadação das receitas previstas neste artigo, bem como a destinação ao Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
Gabinete do Prefeito

Art. 4º As receitas do **FUMDEMA** serão aplicadas em conformidade com o seu "Plano de Aplicação de Recursos", sendo admitida à celebração de convênios, acordos ou ajustes com órgãos e entidades da Administração Direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios, e ainda as entidades privadas cujos objetivos sejam a proteção e preservação do meio ambiente e desde que não possuam fins lucrativos.

Art. 5º Os recursos financeiros serão aplicados em projetos nas seguintes áreas:

- I- recomposição de áreas degradadas, desde que não identificado o agente degradador ou não seja possível à implementação da obrigação de fazer;
- II- plano de manejo, Agenda 21, estrutura ambiental e outros pertinentes ao meio ambiente;
- III - conservação e aproveitamento econômico, racional e sustentável, dos recursos naturais existentes;
- III- educação ambiental;
- IV- controle e fiscalização ambiental.

Parágrafo único. Para a realização dos projetos acima enumerados, fica autorizada a aquisição e manutenção de equipamentos, custeio de serviços, celebração de convênios, acordo e termos, bem como quaisquer outras medidas de necessidade comprovada, observadas as determinações legais.

Art. 6º - São atribuições do Secretário Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente, quanto à gestão do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente:

- I-preparar e apresentar anualmente o "Plano de Aplicação de Recursos", o qual deverá ser elaborado em conjunto com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, devidamente aprovado pela Assembléia do Conselho, obedecendo aos prazos do ano financeiro;
- II- coordenar a execução do plano referido no inciso anterior, mediante a disponibilidade financeira;
- III- preparar e apresentar ao Conselho Municipal de Meio Ambiente o demonstrativo semestral de receitas e despesas do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, submetendo a aprovação da Assembléia do Conselho, deverá ser apresentado ao Ministério Público e disponibilizado às entidades ou órgãos de defesa ambiental com atuação no Município acompanhado do Plano de Aplicação de Recursos;
- IV- assinar os documentos necessários à liquidação das despesas contraídas pelo Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- V- manter os controles necessários à execução das receitas e despesas do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
Gabinete do Prefeito

VI- manter o controle dos contratos e convênios onerosos e que envolvam repasse de verbas com instituições governamentais e não governamentais;

VII - Praticar os demais atos de gestão do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Art. 7º A contabilização do **FUMDEMA** tem por finalidade evidenciar sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 8º A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos projetos definidos no "Plano de Aplicação", bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 9º No prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, o Secretário Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente, apresentará o "Plano de Aplicação de Recursos" a que se refere o inciso I do artigo 6º, observadas as disposições contidas no art. 5º.

Parágrafo único. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária provisão de recursos e previsão no "Plano de Aplicação de Recursos" salvo, em última hipótese, por deliberação da maioria do Conselho Municipal do Meio Ambiente, visando atender situações emergenciais devidamente comprovadas.

Art.10 Constituem-se despesas do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente:

I – o financiamento total ou parcial dos programas constantes do Plano de Aplicação de Recursos;

II – o atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável no cumprimento do Plano de Aplicação de Recursos;

III – o custeio das despesas de funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, mediante previsão no Plano de Aplicação de Recursos elaborado pela Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente.

Art. 11 O Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente somente poderá ser extinto:

I – mediante lei municipal, após demonstração administrativa ou judicial de que ele não vem cumprindo com seus objetivos;

II – mediante decisão judicial.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. O patrimônio eventualmente apurado quando de sua extinção e as receitas decorrentes de seus direitos creditórios serão absorvidos pela Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente, na forma como a Lei ou a decisão judicial, se for o caso, dispuser.

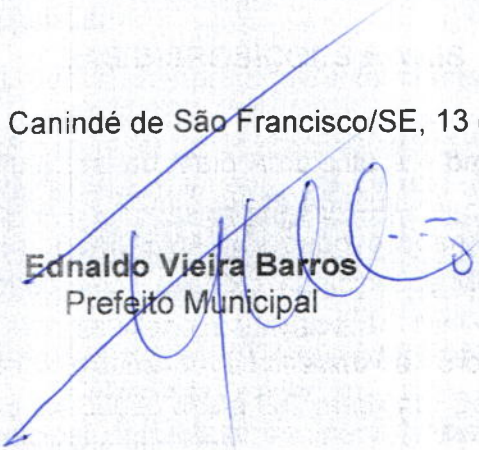
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.12 O Conselho Municipal do Meio Ambiente é o órgão fiscalizador de todas as atividades praticadas pela Secretaria Municipal da Agricultura, Água e Meio Ambiente no uso de recursos provenientes do **FUMDEMA**, devendo os demonstrativos contábeis do exercício ser submetido à aprovação pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art.13 Fica o Poder Executivo, autorizado a proceder as modificações orçamentárias necessárias para a execução desta Lei, mediante Decreto de Suplementação para as adaptações na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário principalmente a Lei 192/2007 de 03 de junho de 2007.

Canindé de São Francisco/SE, 13 de março de 2018.


Ednaldo Vieira Barros
Prefeito Municipal